

## Notas e informações

ESTADO DE SÃO PAULO **A Nação está atônita!**

Era verdadeiro o desmentido que o ministro Bresser Pereira deu aos rumores (aliás fundados em evidências anteriores), segundo os quais o Executivo iria congelar preços. Caso raro neste país, em que há muitos anos — mesmo de antes da Nova República (para não falar da Novíssima) — o costume é guiar-se pelas declarações oficiais, invertendo-lhes, porém, o sentido. De fato, o ministro não congelou preços; simplesmente inviabilizou a economia (a privada e a estatal) e colocou os empresários privados nas mãos da Sunab, que, mesmo não estando aparelhada para coibir as violações da resolução do CIP, saberá escolher quais homens de negócios deverão ser submetidos à execução pública, tratados como delinquentes e sujeitos à mão de ferro do consultor-geral da República. A partir de ontem (data da publicação da malsinada resolução) o Brasil fica dividido oficialmente em dois: os amigos do rei, que irão construir a Ferrovia Norte-Sul, e os inimigos dele, que são os empresários.

A desorganização da economia, produzida pelo Plano Cruzado, será lembrada como a época das "vacas gordas". Com efeito, a lógica do Plano, em sua primitiva versão, ao congelar preços, tarifas e salários e determinar a conversão dos débitos em cruzeiros para cruzados, conforme a famosa tabлица, permitia que os devedores recompussem sua situação, ainda que em detrimento dos credores. Por outro lado, no que toca especificamente à produção e à comercialização, a confusão (propositada, aliás) que se estabeleceu entre congelamento de preços praticados no comércio e tabelamento permitiu que a indústria encontrasse, em alguns locais de comercialização, o desembocadouro natural que em outros estava fechado. Realmente, se a loja A não podia vender mais um produto ao preço X, a loja B, que não o estava comercializando no dia do Decreto-Lei nº 2.283, poderia fazê-lo a um preço Y, maior do que X. Com isso, mais os ardis do mercado, foi possível — embora à custa da desorganização — impedir que a economia parasse. Ademais, o congelamento se fez em momento em que a economia apresentava sinais evidentes de crescimento — e o aumento da demanda permitiu que, globalmente, os sérios defeitos do Plano Cruzado fossem anulados à primeira vista.

Agora, pelo contrário, a situação é de recessão. Ora, é nesta emergência que se decide considerar os empresários especuladores. Não apenas os homens da empresa privada serão apenados pelas decisões do Executivo; igualmente as empresas estatais. Elas representam a maior fatia da economia brasileira e no caso do petróleo, do aço e da eletricidade estão carentes de recursos para investir. Em breve, a manter-se essa política antimercado, as próprias empresas estatais acusarão o golpe e estará criado o gargalo que travará o crescimento da economia brasilei-

ra como um todo, dentro de três ou cinco anos.

Embora a resolução do CIP possa encontrar quem a defenda do ponto de vista da economia matemática, na opinião dos que produzem e comercializam ela conduz ao desastre, pela simples e boa razão de que, ao permitir que os preços se recomponham ao nível de 80% do INPC (ou índice que se aponte por decreto), se está retirando do empresário, ou do dirigente de empresa estatal, a possibilidade de recuperar as perdas inflacionárias havidas durante o mês. Essa desaceleração da recuperação das perdas dar-se-á na velocidade de 20 pontos percentuais ao mês! Dizer que se todos forem tratados da mesma maneira ninguém se prejudicará é fazer raciocínio puramente matemático ou de jurista do século XVIII, que nada tem que ver com a realidade das coisas, muito menos com a dura realidade daqueles que estão sujeitos ao "gatilho" e que, mês a mês, com a inflação disparando, serão obrigados a aumentar custos, sendo impedidos de recuperar prejuízos. De maneira tecnicamente mais sofisticada, o grupo que cerca o ministro Bresser Pereira demonstra que seu ideal é pôr termo à atividade empresarial e ao mercado, que para eles se confunde com especulação.

Há aspectos políticos e matizes técnicos nesta resolução do CIP. A primeira nuance a ser observada é que o caráter autoritário do regime se acentuou desde o Plano Cruzado. Aquele foi feito mediante um decreto-lei, que violou a Constituição e derogou o Direito. As providências de agora se adotam via resolução do CIP — seguindo o rastro de outras resoluções contra cuja legalidade e juridicidade (para não dizer constitucionalidade) ninguém ergueu a voz. Em outras palavras, os escudeiros do sr. Bresser Pereira (que são fiéis mosqueteiros do sr. José Sarney) descobriram que a economia pode ser administrada via resolução! Quando ela for insuficiente, recorrer-se-á às portarias da Sunab. Para coroar o monstro jurídico que está sendo montado, ficará sempre a ameaça do projeto de lei enviado ao Congresso (de inspiração do consultor-geral). Como o Congresso não se reúne, o projeto não se transforma em lei, mas obriga todos, que ficam com receio de que os fiscais da Sunab interpretem diferentemente a realidade das coisas. É o medo regenerar a economia.

Politicamente, a resolução do CIP demonstra que o Executivo de fato acredita que os empresários especulam porque gostam de especular. É a teoria da ganância como guia do comportamento econômico erigida em móvel de ação governamental! Politicamente, essa providência se associa àquela outra anunciada pelo ministro da Justiça: a revitalização do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e do Conselho de Defesa do Consumidor. É sintomático que para o Cade, cujos poderes podem liquidar qualquer empresa (especialmente as estrangeiras), te-

nha sido convidado o ex-deputado Bierrembach, cujo radicalismo e cuja pressa de chegar ao fim da linha foram tão evidentes que até o procônsul contribuiu para que seu parecer sobre a emenda constitucional que convocava a Constituinte fosse rejeitado. Será ele, digno par dos que acolitam o ministro Bresser Pereira, quem imporá sua vontade administrativa aos acusados de impedir a livre concorrência. Seria risível, não fora trágico.

Enquanto se preocupa em proclamar que os aumentos só poderão ser feitos sobre os preços que constam em notas fiscais — o que levará o caos ao comércio, que neste início de recessão está vendendo a preços que o comprador se dispõe a pagar —, o Executivo não dá a menor importância à contenção das causas reais da inflação, que determina essa crise no mercado. Pelo contrário, a Ferrovia Norte-Sul será construída — só falta o general Custer para combater os "índios" que se opõem ao progresso de Goiás —, as finanças dos Estados continuarão sendo esfrangalhadas pelas políticas de favorecimento que os governadores seguirão para não perder a popularidade, e os salários, ainda que defasados, continuarão sendo puxados para cima, malgrado as esperanças na matemática dos 80% do INPC.

Se isso tudo não bastasse para trazer desânimo aos empresários, a Assembléia Nacional Constituinte ameaça entrar pelo caminho da mais desavergonhada xenofobia e do mais primitivo rancor contra os bancos nacionais e, sobretudo, os estrangeiros. Ferrovia mais xenofobia mais sentimento antibancário, tudo isso se junta no momento em que o sr. Bresser Pereira se prepara para estudar a situação brasileira com o FMI. O ministro da Fazenda, em sua ingenuidade, não percebe duas coisas: uma, que com a resolução do CIP passou atestado de especuladores a todos os empresários, do agricultor ao proprietário de supermercado; outra, que o responsável constitucional por tudo isso, o presidente da República, está fazendo o que deseja (à Norte-Sul, que destrói qualquer ministro da Fazenda), jogando sobre as costas do sr. Bresser Pereira, indicado pelo sr. Ulysses Guimarães, o mal-estar provocado pela ira que ele, chefe do governo, manifesta contra os empresários, de cuja companhia privou anos e anos a fio sem se queixar.

O CIP desorganizou a economia; o presidente da República desestabiliza o ministro da Fazenda. O Brasil, cansado de trabalhar à noite, começa a assistir, atônito, ao espetáculo que se está montando em Brasília, sem saber qual será seu fim. Se é que se pode dizer que haverá fim para tamanha falta de sensatez e patriotismo.

Nota bene — O ministro Delfim Netto, czar da economia sob o autoritarismo, quando o horror ao empresariado não era tão evidente nem a Sunab tão presente, adotou providência semelhante. Não funcionou!